





EXPEDIENTE

CONSELHO DIRETOR COMISSÃO EXECUTIVA MARIA DA SALETE FERNANDES CUNHA PRESIDENTA MARIA NEUMAN DE AZEVEDO. VICE-PRESIDENTA EXECUTIVA DÉBORA COSTA DOS SANTOS SECRETÁRIA GERAL VICE-PRESIDENTES REGIONAIS PRIMEIRA REGIÃO TITULAR: KLEBER LOMONTE TEIXEIRA SUPLENTE: ÂNGELA CRISTINA BRAZ SEGUNDA REGIÃO TITULAR: BENJAMIM BENTO DE ARAÚJO SUPLENTE: JOSÉ BRUNO FILHO. TERCEIRA REGIÃO TITULAR: MARIA TEREZA TEIXEIRA NERI SUPLENTE: ELIEGE DA SILVA OLIVEIRA **QUARTA REGIÃO** TITULAR: MARIA DE FÁTIMA COSTA SUPLENTE: RITA REJANE PEREIRA DE ARAÚJO OUINTA REGIÃO TITULAR: DAILVA BEZERRA DA SILVA SUPLENTE: FRANCISCA DE ASSIS SILVA SEXTA REGIÃO TITULAR: MARIA ELISA GARCIA SOARES SUPLENTE: MARIA DO REGO NETA SÉTIMA REGIÃO TITULAR: JALMIR SIMÕES DA COSTA SUPLENTE: SILVANA COSME PEREIRA OITAVA REGIÃO TITULAR: LUCIANNY EDJA GUERRA MACENA SUPLENTE: MARIA IRENICE LIMA DE SOUSA SECRETARIA EXECUTIVA SECRETÁRIA SIMONE HELENA DE AZEVEDO FRANCA CORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA JOSÉ SUELDO GUEDES DE QUEIROZ APOIO ADMINISTRATIVO EDYANE CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA COLABORADORES MARIA DA CONCEIÇÃO JALES DE MACEDO GUEDES MARILENE CARDOSO DA SILVA NERIALBA NOBRE MONTEIRO SOUZA DE OLIVEIRA ROBERVAL EDSOM PINHEIRO LIMA SOLANE MARIA DA COSTA TEREZINHA GUEDES RÊGO DE OLIVEIRA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO JACK SON DANTAS FILHO

ORGANIZAÇÃO

CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO José Sueldo Guedes de Queiroz Mario do Solato Forman dos Curaba

Maria da Salete Fernandes Cunha Solane Maria Costa Terezinha Guedes do Rêgo de Oliveira

ELABORAÇÃO DE TEXTOS

Solane Maria Costa Terezinha Guedes Rêgo de Oliveira

COLABORAÇÃO

Jackson Dantas Filho José Sueldo Guedes de Queiroz

REVISÃO

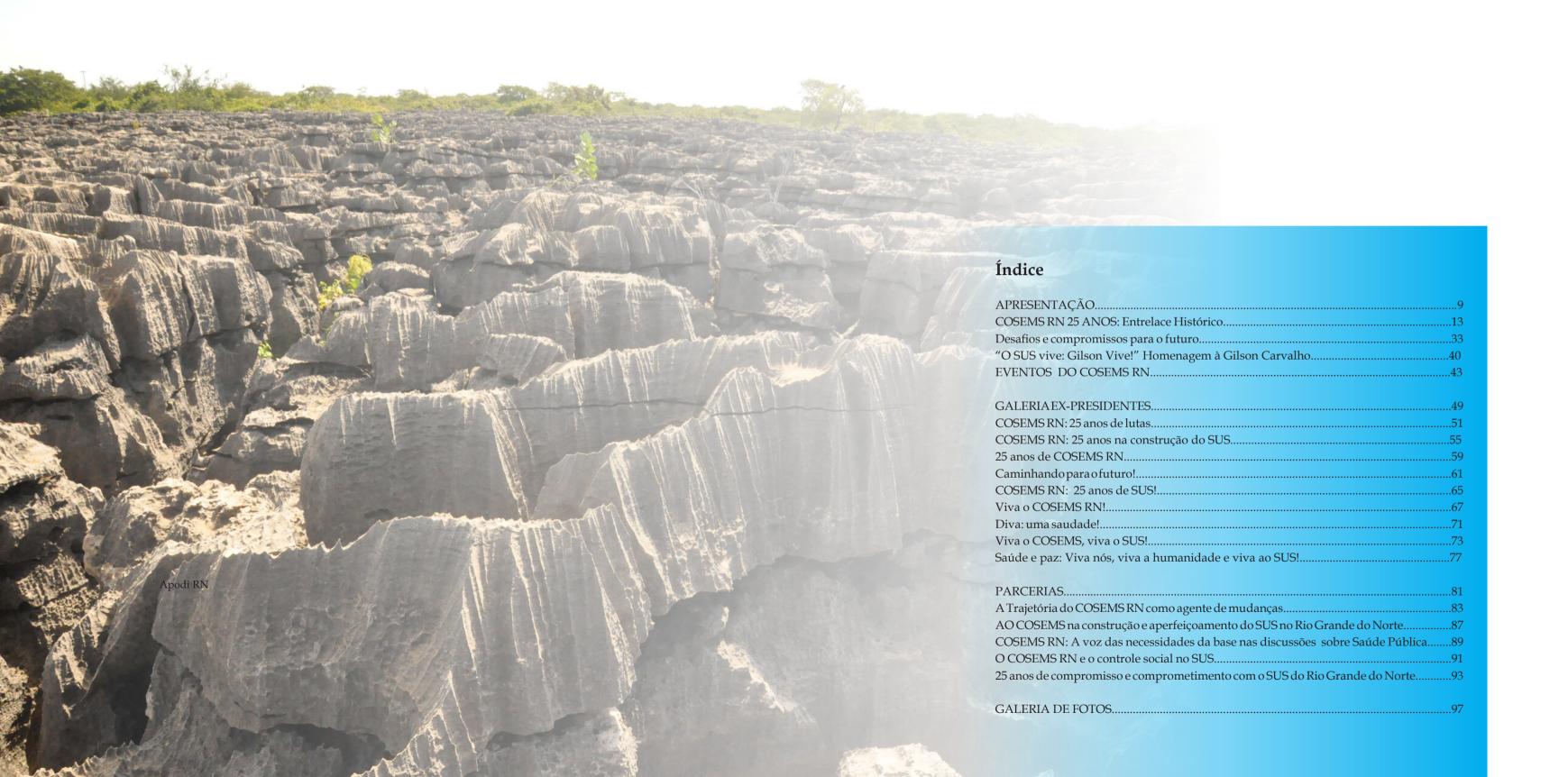
Marilene Cardoso da Silva

PROJETO GRÁFICO E ARTE FINAL

Plena Comunicação

FOTOS

João Vital (cedido pelo acervo RN Sustentável) e Arquivos Cosems/RN



APRESENTAÇÃO

COSEMS RN comemora seus 25 anos de luta, alcançando avanços, vitórias e superando desafios com a certeza de ter sido e continuar sendo um ator na construção do Sistema de Saúde.

Como Presidente, tenho a satisfação de apresentar esta publicação, intitulada COSEMS RN 25 anos, comemorativo aos 25 anos da entidade, que faz um entrelace histórico com o Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio Grande do Norte e com o Brasil, tendo como marco de lançamento o XIII CONGRESSO DE PREFEITURAS E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RN.

Ao recuperarmos sua história de luta em prol da garantia do direito dos cidadãos brasileiros e norte-rio-grandenses, percebemos claramente no trabalho do coletivo dos atores envolvidos, a construção de uma política solidária e inclusiva com a trajetória daqueles que fizeram e fazem da saúde pública sua opção de vida.

Os colaboradores desse livro foram instados a falar dessa história de uma forma macro, porém resumida, mas procurando manter a riqueza dos depoimentos e do registro dos fatos que não



Maria da Salete Fernandes Cunha Presidente COSEMS RN

se esgotam aqui e pode servir de subsídio para outras publicações, principalmente quando a abrangência de suas reflexões ultrapassam a percepção dos desafios do COSEMS e contemplam a análise da própria sociedade, dos gestores, dos parceiros e suas contribuições para o processo necessário de consolidação do SUS.

Desde a sua fundação o COSEMS participa diretamente dos momentos decriação e implementação das políticas públicas de saúde no RN. Participou e trilhou novos caminhos para a construção do SUS, constituindo-se em um espaço permanente de debate da reforma sanitária em parceria, principalmente, com o CONASEMS e Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP RN).

Ao recuperar a trajetória da entidade, pretendemos fazer um tributo aos que persistiram e são referências para o SUS. Também queremos reconhecer que cada secretário e secretária de Saúde – dos maiores aos menores municípios – com suas experiências, é potencialmente um mestre para os trabalhadores e para a população usuária na grande lição de construir um Sistema de Saúde realmente universal, integral e solidário, transformando em realidade o que está garantido em nossa Constituição: saúde é um direito de todos!

Aproveitamos, enquanto família COSEMS RN, para agradecer a todos que contribuíram para o seu engrandecimento e renovaram as energias para continuar trilhando esse caminho com o olhar para o futuro, valorizando o passado, sem o qual não teríamos no presente, uma bela história para contar.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Maria da Salete Fernandes Cunha

Presidente COSEMS RN

COSEMS RN 25 anos

COSEMS RN 25 ANOS: Entrelace Histórico

Terezinha Rêgo Farmacêutica Especialista em Planejamento em Saúde

> Solane Costa Enfermeira Especialista em Saúde Pùblica

econstruir a trajetória histórica do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (COSEMS RN), que teve início em 20 de dezembro de 1989, como ente de mobilização e representação dos gestores da política de saúde dos municípios do Rio Grande do Norte, é fazer interface com o intenso movimento pela reforma sanitária brasileira, um momento marcado por fortes tensões políticas. O Brasil vivia a primeira eleição direta para presidente da República, após 25 anos de regime militar. Para o movimento em prol da democratização da Saúde o período foi de grandes expectativas, já que a orientação política do novo governo

a ser eleito seria fundamental para o fortalecimento ou retrocesso na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos primeiros anos, a entidade só existia graças ao trabalho militante de um grupo muito reduzido de secretários municipais que acreditavam na proposta de municipalização. A principal bandeira assumida naquele período era divulgar a implantação do SUS. Na época, os gestores estavam preocupados com a municipalização, com todos os aspectos que ela implicava e, obviamente, com as questões do financiamento da Saúde.

O COSEMS RN mesmo muito jovem já nasceu forte e se engajou nas lutas no âmbito nacional, atendendo ao chamamento do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) a exemplo de quando ocorreu os vetos aos artigos da lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), que tratavam do repasse de recursos fundo a fundo e o controle social que fez o governo federal recuar e sancionar a Lei nº 8.142/1990.

Nesse diapasão o processo de implantação do SUS se efetivou de forma pactuada entre o Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e CONASEMS, materializada através das Normas Operacionais Básicas (NOBs), oportunizando em nível local a mobilização e articulação dos gestores e técnicos defensores do movimento sanitário no RN em prol do fortalecimento do SUS no Estado.

Vale destacar a importância da NOB 93, que foi muito revolucionária por implantar as transferências fundo a fundo e as instâncias de negociação do SUS (Comissão Intergestores Bipartite/CIB e Comissão Intergestores Tripartite/CIT). Nesse período, o COSEMS passa ter maior visibilidade diante da participação Bipartite, passando a ocupar espaço deliberativo e com relações realmente institucionalizadas e de respeito mútuo.

Ao mesmo tempo em que se comemorava este avanço acontecia uma grande derrota, pois o montante do orçamento da seguridade social foi retirado da base de financiamento do SUS, deixando o Ministério da Saúde em colapso, sendo salvo por um empréstimo junto ao Ministério do Trabalho.

A edição da NOB 01/96, que viria somente a ser implementada em 1998, foi mais um passo no processo de descentralização do SUS. Ela estabeleceu, além das ações de Atenção à Saúde, medidas para organização da vigilância sanitária e epidemiológica e controle de doenças. Criou, ainda, instrumentos importantes no financiamento dos municípios habilitados em qualquer das modalidades de gestão ao instituir o Piso de Atenção Básica (PAB) – com repasse automático. Estabeleceu, também, incentivo financeiro para o Programa Saúde da Família (PSF), ampliando os instrumentos gerenciais para que os municípios superassem o papel de prestadores de serviços e, efetivamente, assumissem a gestão do SUS.

Neste contexto, o COSEMS tinha como propósito mobilizar o máximo de gestores para habilitação na referida NOB, tendo como agenda estratégica as reuniões descentralizadas da diretoria em diversas regiões; implantação do novo modelo assistencial – programa Saúde da Família; viabilização dos Consórcios Municipais de Saúde e participação junto com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP/RN) e Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia (SOGORN) da construção da linha de cuidado materna-infantil a ser adotada. Para tanto, em parceria com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – NESC/RN e SESAP/RN foram promovidos cursos de capacitação para os Gestores e suas equipes.

Para conferir legalidade ao colegiado em 1998 foi elaborado o seu Estatuto, por assessores técnicos e diretoria, tendo como base o parágrafo 3º da Lei 8.142/1990, legitimando a atuação do COSEMS RN perante as demais esferas de governo, parceiros e sociedade civil.

O Colegiado cada vez mais vai se tornando atuante mediante a representação dos secretários no cenário estadual, na organização de eventos e na mobilização para participação em agendas regionais e nacional. Ressalte-se que apesar da visibilidade da entidade, ainda nesse período, não contava com estrutura física e financeira em decorrência do não pagamento das contribuições por parte dos municípios que se dava através da proporcionalidade da cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A sobrevivência técnica se dava pelos compromissos dos Presidentes da época, da diretoria e empenho pessoal de colaboradores.

A intensa mobilização política do COSEMS RN na luta pela vinculação do financiamento do SUS aos orçamentos da união, estados e municípios associado aos defensores do SUS, deu resultado, em setembro de 2000, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 29 (EC-29). Depois de sete anos de lutas ocorreu a institucionalização das fontes de financiamento do SUS.

Além do cumprimento rigoroso do calendário de reuniões do Conselho Diretor, o COSEMS participava ativamente em outros fóruns da saúde como reuniões da CIB, do Conselho Estadual de Saúde (CES) e outros, sem perder o foco na atualização/formação de gestores, destacando na época eventos importantes, como por exemplo os seminários Orçamento da Saúde com setor da economia da saúde do Conselho Nacional de Saúde; Negociação Coletiva do Trabalho - com OPAS/NESC; Organização da atenção Básica; Política de RH no SUS com OPAS e CONASEMS e outras atividades como workshop, conferências municipais de saúde e o I Seminário de Urgência e Emergência do SUS e I Encontro Norte-rio-grandense da Rede Brasileira de Cooperação em Emergências, nascendo neste período as discussões coletivas do que seria hoje o Serviço de Assistência Móvel de Urgência - SAMU.

Outra grande conquista neste período ocorreu durante o XV Congresso do CONASEMS, onde foi lançada a Rede Brasileira de Municípios Saudáveis, com a participação de várias secretarias municipais de saúde. Este movimento foi incentivado pelo COSEMS do RN, por acreditar que o modelo de MUNICÍPIO SAUDÁVEL quebrava as práticas historicamente sedimentadas, autoritárias e clientelistas, abrindo espaços para uma participação social e democrática com perspectivas de garantia da integralidade das ações, no contexto da intersetorialidade.

Um marco nos processos participativos se deu através da realização das conferências de saúde, se fazendo presente o COSEMS, vislumbrando junto aos seus pares, a implantação de práticas inovadoras, na perspectiva da inserção de novos atores e um intercâmbio na relação estado - sociedade.

Os anos de 1998 a 2000 foram marcados por uma série de importantes avanços no processo de descentralização do SUS. Em face de problemas observados durante a implementação da NOB/96, entre os quais se destacou a questão da definição das responsabilidades, do planejamento e organização do sistema e da resolutividade e acesso a serviços, estabeleceu-se um amplo processo de discussão entre os gestores, que resultou na publicação da Norma Operacional da Assistência à Saúde nº 01/2002 - NOAS, resultado de negociações entre o Ministério da Saúde, o CONASS e o CONASEMS - subsidiado pela força dos COSEMS.

O objetivo era promover maior equidade na alocação de recursos e no acesso da população às ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção, dentro de um espaço regional, contemplando propostas relativas ao comando único sobre os prestadores de serviços de média e alta complexidade e as referências intermunicipais, notadamente no que diz respeito a explicitação de mecanismos para macroalocação de recursos financeiros, estabelecendo fluxos e pactuações de serviços através da efetivação da Programação Pactuada e Integrada (PPI).

Nesse período foi realizada uma pesquisa de base nacional para avaliar o SUS, a qual expressou que 50% dos entrevistados consideravam que o sistema funcionava bem ou muito bem, e em torno de 30% alegaram não ser a oferta dos serviços eficazes.

Os dados mostravam que, em geral, as avaliações do SUS, especialmente por aqueles que efetivamente utilizam o sistema, eram favoráveis. As percepções negativas estavam fortemente associadas ao tempo de espera: demora em ser atendido, espera em filas, tempo perdido na recepção.

Completando 15 anos de instituição o COSEMS consolida sua autonomia política, mantendo o crédito e respeito dos atores que compunham a política de saúde no Estado. Em alguns momentos, devido às diferenças de interesses pontuais dos entes, ocorreram algumas divergências acirradas principalmente nas instâncias de pactuações. Sem com isto provocar quebras na relação de parcerias que sempre foi a marca do SUS/RN no cenário nacional.

Vale ressaltar que parceria da Secretaria Municipal de Saúde do Natal nos primeiros 15 anos do COSEMS foi fundamental para garantir a execução das suas atividades, mantendo a estrutura funcional, incluindo meios de comunicação, sem desmerecer o apoio do conselho municipal de saúde local com concessão de equipamentos e móveis.

Apesar da visibilidade alcançada, ainda persistia as dificuldades da funcionalidade, uma vez que havia dependência das contribuições municipais muito restritas, na sua maioria, se dando apenas pelos municípios integrantes do conselho de cada época. Associado a inexistência de projetos e convênios como linha de financiamento para manutenção desse colegiado.

Mesmo considerando a fragilidade financeira vivenciada à época, não faltou ousadia dos integrantes desse colegiado para conquistar as terras potiguares, realizando, para tanto, o XX

Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde e o I Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência – ocorrido em 17 a 20 de março de 2004 no Hotel Pirâmide, em Natal.

As reflexões e debates ocorridos durante o referido congresso foram norteadoras da atuação do CONASEMS, COSEMS e municípios, destacando-se como propostas a construção de um novo pacto da gestão do SUS, substituindo a excessiva normatização e a lógica de habilitação por outra de adesão e de compromissos com resultados, assim como, a necessidade de desenvolvimento de um novo modelo de financiamento que fosse balizado pela equidade, que respeitasse as especificidades locais e regionais, superando o repasse fragmentado por projetos e programas. Reafirmava-se o compromisso com a regulamentação da EC-29 para assegurar as bases do novo modelo.

Este período foi pautado pela construção de uma agenda que priorizava a importância da organização da atenção à saúde, através da qualificação da atenção básica com estratégias que trabalhassem o princípio da integralidade, em seus diversos sentidos.

Dado os índices alarmantes de registros de violência, iniciava-se um processo de incorporação dos princípios da cultura de paz e não violência no setor saúde, através da intersetorialidade caracterizada pelo estabelecimento de redes de solidariedade para a construção de novas práticas sociais.

A festividade máxima dos 15 anos do COSEMS RN se deu pelo reconhecimento enquanto ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA decretado pelo poder legislativo e sancionado pelo poder executivo estadual, através da lei 8.489, de 06 de abril de 2004, representando um grande diferencial no cenário dos COSEMS no Brasil.

Passados dois anos de debates e negociações, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) aprovou, em 2006, a primeira versão do Pacto pela Saúde. Esse Pacto, criado com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, alcançando maior eficiência e qualidade, foi considerado entre os gestores do Sistema um passo importante no fortalecimento da reforma sanitária.

Essa proposta foi desdobrada em três componentes - Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão do SUS que habilitou todos os municípios em gestão plena do sistema, através da assinatura do Termo de Compromisso de Gestão (TCG) que expressava as responsabilidades sanitárias, definindo prioridades e metas com base nos princípios constitucionais do SUS e enfatizando as necessidades de saúde das populações atendidas.

A partir de então duas pautas ganharam centralidade na agenda dos secretários: o processo de adesão ao pacto e a luta pela tramitação e aprovação da Lei que regulamentaria a EC 29, como forma de minimizar a crise financeira instalada. Crise esta que, dentre outros setores, refletia diretamente na sustentabilidade do COSEMS.

Registra-se neste momento, a importância do parceiro, Federação dos Municípios do RN - FEMURN, que além de participar ativamente nas discussões e defesas de um financiamento para a saúde, disponibilizou espaço físico para instalação da nova sede do Conselho em suas dependências.

Ainda em 2008, o COSEMS já com novo endereço, revisou seu Estatuto para se adequar a uma nova etapa que se avizinhava. Iniciava-se a contratação de assessores, pois somente atividades de colaboradores já não eram suficientes para as novas prerrogativas.

O COSEMS tinha uma agenda intensiva balizada nas teses do CONASEMS e com o compromisso de uma educação permanente com a qualificação do gestor municipal e equipes, realizando encontros, reuniões e eventos por regiões, bem como, a realização do congresso estadual.

Nesse período, destacou-se o lançamento do "SUSgestão", sendo uma das iniciativas que se configurava como um espaço estratégico de trocas de saberes e experiências no qual eram convidados gestores e técnicos para discutir informalmente temas vigentes com encontros bimestrais, sendo a Programação Pactuada e Integrada - PPI o primeiro tema de uma série de outros que estaria por vir, tendo em vista que a última PPI realizada no Estado, havia se dado no ano de 2005.

Outro tópico de grande mobilização no período, pela necessidade urgente do fortalecimento organizacional da estrutura do COSEMS, foi a temática envolvendo as contribuições municipais para custeio das ações do Conselho. O produto desta mobilização culminou com adesão dos 167 municípios, através da Portaria GM/MS nº 220, de 30 de janeiro de 2007, que permitiu o desconto da contribuição institucional para manutenção do CONASS/ CONASEMS/COSEMS.

Dessa forma os municípios apenas autorizaram a retirada do teto estadual do valor proporcional de seu município. E assim o COSEMS, após aprovação na CIB, passou a contar com 100% de contribuição municipal para o desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas. O êxito desta experiência serviu de referencial para outros COSEMS do Brasil.

Apesar dos recursos já assegurados para manutenção administrativa pela citada portaria, o COSEMS ainda firmou convênio com Governo do Estado/Ministério da Saúde, inicialmente através do PLANEJASUS, para operacionalização de ações de planejamento em todas as regiões na perspectiva de fortalecer a capacidade gestora dos municípios do Estado.

Visando o fortalecimento e apoio à luta em defesa do SUS no RN, o coletivo dos secretários de saúde, como forma de alerta democrática, apresentou propostas para posição oficial do CO-SEMS na agenda que guiaria sua atuação:

- A defesa da proposta de financiamento como um único bloco para assegurar o fortalecimento da linha de cuidado, considerando a formatação de redes assistenciais, tendo a Atenção Básica como referencial para os outros níveis de atenção;
- Proposição ao Ministério da Saúde (MS) de um cronograma único com data definida para repasses financeiros, assegurando ao Gestor o cumprimento dos compromissos assumidos, mediante programação estabelecida;
- Participação na efetivação do desenho de regionalização do RN, avançando na proposta de criar novas estratégias para concretizar o Plano Diretor Regional (PDR), o Plano Diretor de Investimento (PDI) e seus desdobramentos, assim como o fortalecimento dos Colegiados de Gestão Regional (CGRs);
- Proposição ao MS para a implantação de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) na modalidade II para os municípios entre 3 e 7 Equipes de Saúde da Família (ESF), assegurando a manutenção dos incentivos, além de considerar a utilização de outros parâmetros que não somente a densidade demográfica;
- Defesa de um financiamento de custeio para a garantia da sustentabilidade de programas estratégicos;
- Proposição de revisão dos valores pagos por procedimentos ambulatoriais e hospitalares, considerando, a dificuldade do gestor nas pactuações junto aos prestadores que não aceitavam os valores propostos na Tabela SUS;
- Discordância na política de incentivos financeiros da ESF, quando estabelecia o incentivo vinculado a equipe completa, deixando de repassar temporariamente os recursos quando da falta de apenas um componente dessa equipe, desconsiderando o trabalho dos demais membros;

- Compatibilização no repasse financeiro para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) correspondente ao período de reajuste do salário mínimo;
- Consolidação do Pacto pela Saúde, sendo imprescindível a garantia de apoio técnico e financeiro da Secretaria de Estado e do Ministério da Saúde para os municípios;
- Realização de seminários regionais para discussão do processo de Contratualização e judicialização da saúde com a participação dos órgãos de controle estadual e nacional, a fim de traçar estratégias prioritárias para a saúde no estado do RN;
- Mobilização dos agentes políticos como prefeitos, governador e outros, para participação ativa na Regulamentação da EC 29/2000;
- Criação de mecanismos de proteção ao Gestor através de interlocução entre os órgãos de controle externo do SUS (TCU, MP, Judiciário, e outros), considerando suas dificuldades em gerenciar o Sistema de Saúde local devido às demandas diárias geradas por esses órgãos;
- Responsabilização do Governo do Estado de repasses financeiros, assumindo a lógica da linha de cuidado regionalizada e não no formato de repasses pontuais por emendas ou por via convenial;
- Cobrança do cofinanciamento do Estado em programas estratégicos, bem com, no fortalecimento da Atenção Básica e Vigilância à Saúde.

Em 2009, era chegado mais um momento de abrir novos horizontes, e compartilhar êxitos e saberes conquistados a duros esforços. Era o instante de avaliar, discutir, repactuar, reorganizar, recompor, enfim, era hora de reorientar as ações para o enfretamento de desafios já postos e outros tantos já sinalizados.

O colegiado de secretários se empenhou de forma contundente para que a SESAP, estabelecesse mecanismos de ajuda sistemática no financiamento para a gestão municipal. A Portaria GS nº 166, de 15 de setembro de 2009, concretizou teoricamente essa conquista, a qual dispunha sobre a transferência de recursos estaduais para apoio à gestão dos municípios, visando o fortalecimento da atenção Básica com foco na vigilância em saúde.

Nesse período, o COSEMS se instalou em uma nova sede custeada com seu recursos próprios, pois desde sua fundação sempre funcionou em espaços institucionais cedidos (SMS/Natal e FEMURN). Nesse novo local, se deu de fato, a sua autonomia por funcionar em uma estrutura exclusiva do Conselho.

Concomitante com a mudança da sede, começava uma nova etapa política com a renovação do quadro municipal, apontando para uma agenda de prioridades direcionada à defesa do sistema, fortalecimento do financiamento, implementação das redes de atenção à saúde, efetivação do pacto de gestão com o fortalecimento dos colegiados Gestores Regionais e contribuindo para qualificação dos gestores.

A qualificação para este período se deu principalmente com a realização das SESSÕES TEMÁTICAS - cursos ofertados às equipes gestoras. A ideia dessas sessões partiu das necessidades elencadas pelos gestores, durante a reunião de acolhimento promovida no início de 2009. Abordavam as temáticas: Planejando à saúde no município; O sus e as políticas de saúde do Brasil; Gestão administrativa e financeira no município; Gestão da atenção à saúde no município; Controle, avaliação, auditoria e regulação no SUS; Gestão do trabalho e educação na saúde. Posteriormente ocorreram os DIÁLOGOS TEMÁTICOS, com foco no alinhamento conceitual sobre, atos normativos, instrumentos de gestão e responsabilidade sanitária, seguindo a mesma linha das sessões temáticas.

Na perspectiva de conhecer melhor o gestor municipal, foi realizada pela Instituição uma pesquisa de abrangência estadual que permitiu caracterizar esse perfil com objetivo de abrir espaços para intervenções planejadas e personalizadas. Os dados comprovaram que os Prefeitos já se preocupavam em contar com pessoas com qualificação para assumir o desafio da pasta da saúde, visto que na formação 75% possuíam nível superior na área da saúde, dos quais 33% pós-graduados. Esperava-se desse novo gestor que, além de conduzir o dia a dia de uma secretaria municipal de Saúde, fosse capaz de provocar movimentos na sociedade em defesa das políticas sociais e de encantamento com o SUS.

Provocado pelo CONASEMS e seguido pelos COSEMS em todo país, a diretriz era o de articular o movimento sanitário com outros movimentos da sociedade civil, por meio de mecanismos para o fortalecimento da democracia participativa. Marcava-se neste processo a presença ativa da entidade nos fóruns, plenárias e preparações para as Conferências municipais.

Objetivo, portanto, era contribuir de forma efetiva na luta em defesa do SUS, mobilizando e apoiando esforços empreendidos pelos organismos sociais, dentre eles, os Conselhos de Saúde, sindicatos, federações e outros do gênero, tendo em vista o cumprimento das prerrogativas contidas no Pacto pela Saúde, de forma a consolidar avanços e conquistas dessa importante Política de Estado.

Nesse contexto, outro desafio era transformar em realidade as responsabilidades sanitárias assumidas nos Termos de Compromisso de Gestão Municipais e Estadual do RN, com monitoramento das responsabilidades.

Os municípios se preparavam para sair da condição de prestadores de serviços para gestores do sistema, em conformidade com o Pacto pela Saúde. Assumiam gradativamente as responsabilidades com os recursos de média e alta complexidade, até então, na maioria sob gestão estadual. Na atenção básica a luta

continuava pela efetivação do cofinanciamento da AB previstos na Portaria GS nº 166/2009, que ainda não havia se efetivado o repasse financeiro proposto, bem como, o cumprimento da liberação da contrapartida estadual da Assistência Farmacêutica Básica.

Com a adesão dos municípios aos vários programas e estratégias, induzidos pelo Ministério da Saúde, surgiu uma grande preocupação dos gestores municipais, pois os mesmos desejavam efetivar as políticas propostas, porém eram tolhidos pela dificuldade de financiamento para manutenção, contratação e encargos dos profissionais e até pela própria carência de algumas categorias – situação vivida até os dias atuais.

Portanto, os pilares das discussões na gestão do trabalho, defendida pelo COSEMS tratava de subsidiar propostas no debate tripartite para a desprecarização do Trabalho no SUS, tendo como meta estabelecer claramente as competências e responsabilidades de cada ente federativo; lutar pela garantia do financiamento da União e Estados aos municípios, destinados à reposição e ampliação da força de trabalho em saúde e priorizar a formação e qualificação dos profissionais do SUS.

Dentro dessa perspectiva, foram realizados eventos específicos na área de planejamento, objetivando evitar a duplicidade de planos por áreas específicas, referendando a utilização dos instrumentos básicos – Plano de Saúde, Programação Anual e Relatório Anual de Gestão – como norteadores e aglutinadores dos objetivos e metas da política institucional.

Um importante instrumento de planejamento é a PPI, que nesse período realizou a rediscussão de parâmetros, série histórica, capacidade potencial e fluxos de referência, tendo como base o novo estudo do desenho regional. Destaque-se a descentralização de competências e recursos a partir da adesão integral dos municípios do RN ao Pacto pela Saúde.

Outra discussão de relevância no período se refere à Política Nacional de Assistência Farmacêutica, enfatizando a implementação das Portarias Ministeriais específicas, a Relação Nacional de Medicamentos (RENAME,) o HÓRUS e os protocolos adotados na Unidade Central de Agentes Terapêuticos – UNICAT. O COSEMS adotou esta política como uma bandeira, dado a não existência de uma coordenação formal no âmbito estadual.

Na perspectiva de estimular as ações de prevenção e promoção à saúde, o COSEMS encampou e orientou tecnicamente a formulação de propostas, objetivando a aprovação de projetos para construção de Unidades Básicas de Saúde, de promoção à saúde, vigilância em saúde, dentre outros.

Diante desse cenário se fazia necessário instrumentalizar os representantes dos órgãos de controle interno e externo, com vistas à discussão de condutas para que não infringisse o princípio da equidade em detrimento da universalidade, tomando como referência os frequentes processos que tramitavam nesses organismos (Tribunais de Contas, Ministério Público, Controladorias, dentre outros). Foi necessário propor aos órgãos de controle externo, a compatibilização de suas agendas e cronogramas, de forma a otimizar o processo de avaliação e auditorias junto aos sistemas municipais e estadual de saúde na tentativa de minimizar as infrações e penalidade impostas aos gestores.

Em âmbito nacional, a reforma sanitária conquistou grande avanço através da sanção do Decreto nº 7.508/2011, regulamentando a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Apesar dos seus 21 anos e do grande número de atos normativos, o SUS ainda carecia da regulamentação de dispositivos que permitissem o enfrentamento de obstáculos da gestão, organização, planejamento, assistência e articulação interfederativa.

Esse Decreto propôs a organização regional dos serviços de saúde, abrangendo, no mínimo, ações de atenção básica,

urgência e emergência, atenção psicossocial, atenção ambulatorial especializada e hospitalar e vigilância em saúde. Aos entes federados, determinou a incumbência de acordar a composição das Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS), considerando os limites geográficos, a população, assim como os serviços e ações ofertados, fixando critérios de acessibilidade e escala dos serviços – entre outras questões.

Ato contínuo ao Decreto, fruto de grande mobilização também pelo CONASEMS, foi a publicação da Lei nº 12.466/2011 que acrescentava artigos à Lei n. 8.080/1990, definindo as comissões Intergestores Tripartite, em âmbito nacional e Bipartite, em âmbito estadual. Reconheceu, também, os Conselhos Nacional dos Secretários Estaduais (CONASS) e Municipais de Saúde (CONASEMS), bem como, os Conselhos de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) como representantes dos gestores públicos de Saúde nas pactuações interfederativas. Ressalta-se que o COSEMS RN já vinha construindo um histórico de legitimidade e legalidade, tendo a referida Lei a ratificado o seu papel enquanto órgão de relevância para a Saúde e representatividade dos gestores.

A nova normativa instituiu, enquanto modelo de organização assistencial, a conformação e implantação das redes de atenção à saúde e o fortalecimento da governança regional. Para tanto, foi criado um grupo condutor único para acompanhamento de todas as redes, contando com a participação de representantes do COSEMS, MS, Grupos executivos temáticos e Secretaria Municipal de Saúde da Capital, sob a coordenação do gestor estadual.

O desafio dos gestores se deu pela busca da consolidação e sustentabilidade da região de saúde, tendo como diretriz o planejamento regional balizado no porte demográfico, quadro epidemiológico e desenvolvimento econômico e financeiro, estabelecendo as responsabilidades individuais e solidárias, a partir da atenção básica. Essa estratégia, em processo de conformação,

visava articular ações e serviços hierarquicamente complementares, apontando para a construção das Redes de Atenção e atendendo às linhas de cuidado prioritárias, na perspectiva da integralidade da assistência.

Dentro da linha de educação permanente, já instituída no COSEMS através das Sessões e Diálogos Temáticos, o Decreto ratificou a necessidade de qualificar profissionais dos municípios e das Unidades Regionais de Saúde Pública – URSAPs, para o cumprimento dos seus dispositivos, entre eles o Mapa da Saúde. Nesse contexto, foi elaborada uma agenda propositiva, cabendo destaque para elaboração do Tutorial que uniformizou a coleta de dados e instrumentalizou a análise da situação de saúde e de infraestrutura no âmbito de cada região, considerando não haver parâmetro nacional para a conformação desse mapa.

O objetivo maior dessa atividade foi realizar um diagnóstico real, facilitando assim a construção e pactuação das redes temáticas, a identificação de pontos vulneráveis dos serviços, observando a abrangência socioeconômica, acesso e vazios assistenciais dentro das regiões, a fim de subsidiar um planejamento regional a ser utilizado pelos dirigentes municipais, recentemente eleitos que estavam, à época, para assumir seus mandatos.

Para conhecer o perfil dos novos gestores foi desenvolvido uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter descritivo, abordando informações gerais da pessoa entrevistada e focalizando as funções de dirigente municipal do Sistema Único de Saúde nos 167 municípios (100%). Vale destacar que nessa coleta a categoria predominante foi de profissionais de enfermagem, seguido de serviço social. Em relação à experiência na área de gestão, mais de 50% relatou já ter ocupado cargos de direção no SUS. Quanto as maiores dificuldades apontadas pela clientela foi o subfinanciamento da saúde, assim como o desconhecimento em relação ao uso dos recursos do Fundo Municipal de Saúde.

A questão do subfinanciamento sempre foi pauta frequente do COSEMS RN, como por exemplo nas lutas para regulamentação da Emenda Constitucional 29 que resultou na publicação da Lei Complementar nº 141/2012, a qual não trouxe novidades no tocante ao rateio dos recursos pelas três esferas de governo, frustrando a possibilidade de definição de um percentual mínimo de 10% das receitas correntes brutas da União para Saúde.

Essa insatisfação mobilizou o país para composição do Movimento Saúde + 10, ação popular movida pelos cidadãos que tinham como objetivo recolher cerca de 1,5% milhões de assinatura, correspondendo a 1% do eleitorado Nacional e distribuídas em pelo menos cinco estados.

No RN o COSEMS, entre outros órgãos, encampou esta mobilização com grande intensidade, tendo conseguido no período em torno de 9 mil assinaturas, que se somaram aos 2,2 milhões de brasileiros que acreditaram no movimento, o que já se configurava como volume suficiente para a propositura da iniciativa popular. Lamentavelmente a postura do Congresso Nacional foi de ignorar essa vontade da sociedade expressa no projeto do Saúde + 10, não editando a respectiva lei. Essa luta não foi abandonada e faz parte da agenda atual daqueles que defendem o SUS.

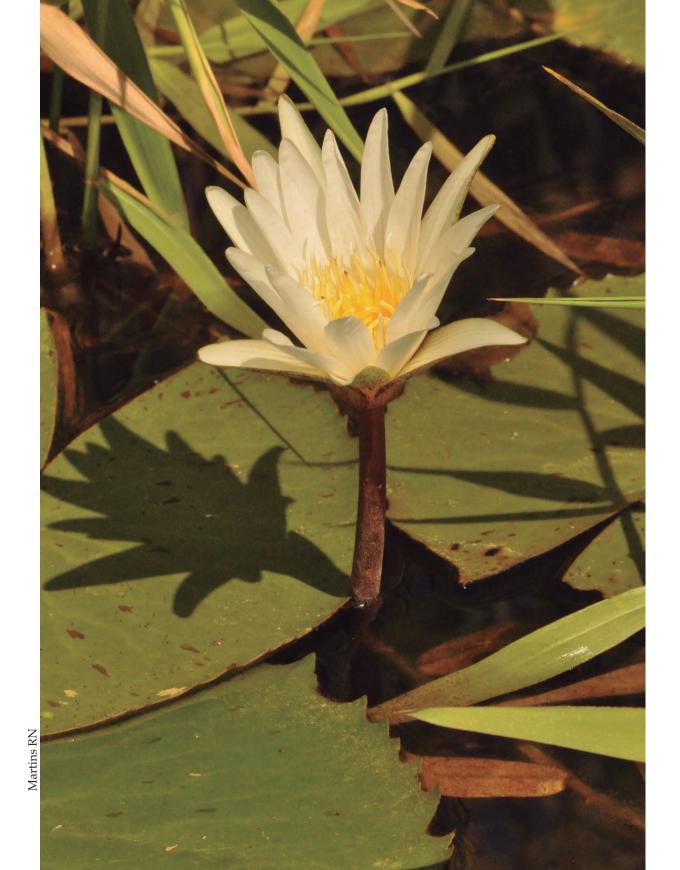
Esse subfinanciamento vem trazendo imensas dificuldades aos gestores em atender de forma integral as suas responsabilidades, considerando que os recursos vêm diminuindo inversamente proporcional às demandas surgidas. No RN, conforme dados do Sistema de Informação de Orçamento Público em Saúde – SIOPS, cerca de mais de 60% dos municípios vêm aplicando acima de 20% do orçamento próprio para a saúde, percentual acima do mínimo preconizado na normativa que é de 12%.

Outra grande mobilização do COSEMS RN se deu também no estímulo às adesões à Programas estratégicos do MS, como exemplo o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PMAQ/AB); Requalificação das Unidades Básicas; projeto 'Mais Médicos', dentre outros que vieram para garantir o direito da população ao acesso e qualidade dos serviços de saúde.

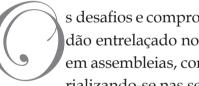
Em âmbito local, destaca-se em 2014 a realização do XIII CONGRESSO DE PREFEITURAS E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (20 a 22 de agosto) que tem como objetivo registrar, dentre outras coisas, os 25 anos de efetiva atividade do COSEMS RN em prol do SUS, em um entrelace histórico, de lutas e de enormes desafios que ainda se apresentam para os gestores.

Esse encontro irá proporcionar um diálogo redobrado entre Municípios, Estado e União, mantendo-se o debate sob as necessidades que no dia a dia não são poucas. Por um lado, tem-se uma população cada vez mais crítica que demanda por mais serviços e cobra por sua qualidade. Por outro, uma grande fragilidade do sistema seja pelo baixo financiamento ou pela falta de equidade referente ao acesso aos serviços em todos níveis de complexidade e tantos outros problemas recorrentes e de conhecimento de quem é gestor e profissional de saúde.

Por esse motivo é fundamental que os gestores municipais tenham propostas balizadas em compromissos a serem pactuados com os novos representantes que irão assumir as instâncias Nacional e Estadual em 2015, conformando um amplo debate com aqueles, ainda, candidatos aos mandatos executivos, aos quais concorrem, na perspectiva de fortalecer o SUS como Política de Estado. Apresentar aos futuros governantes as prioridades para o setor saúde representa, por si, a importância do papel político do COSEMS perante a sociedade.



DESAFIOS E COMPROMISSOS PARA O FUTURO



s desafios e compromissos para o futuro tem seu condão entrelaçado nos tantos anos de luta, construídos em assembleias, congressos, fóruns e reuniões, materializando-se nas seguintes proposições:

- Lutar pela ampliação do financiamento do Sistema Único de Saúde de forma solidária, participativa e responsável para viabilizar a aprovação pelo Congresso Nacional da vinculação do percentual de 10% das Receitas Correntes Brutas da União para a saúde, conforme defendido pelo movimento "Saúde + 10";
- Definir prioridades para saúde e gestão pública por resultados;

- Lutar por mais recursos para a média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, cujo financiamento se encontra cada vez mais estrangulado devido à falta de revisão dos valores estabelecidos pela Tabela SUS;
- Reduzir as desigualdades e vazios regionais;
- Lutar por um novo pacto federativo que contemple uma reforma administrativa e tributária, desburocratize o processo de gestão e remova os entraves e limites na efetivação das ações e serviços de saúde;
- Fortalecer as Regiões de Saúde em parceria com outras esferas de gestão, tendo as Comissões Intergestores Regional (CIR) como fórum permanente de Governança Regional;
- Efetivar a construção das Redes Temáticas e outras linhas de cuidado respeitando as pactuações e os dispositivos do Decreto 7.508/2011;
- Efetivar a Política Estadual de Atenção Básica, com os repasses sistemáticos do cofinanciamento estadual por intermédio de transferências regulares fundo a fundo para todos os municípios;
- Reivindicar ao Estado o cofinanciamento das políticas em geral, em conformidade com a pactuação CIB, cumprindo as prerrogativas do financiamento tripartite, assegurando o repasse mensal dos recursos fundo a fundo;
- Aprofundar o debate sobre Planejamento Regional, definindo de forma Tripartite as responsabilidades no enfrentamento da insuficiência de

- ofertas de serviços resolutivos, respeitando os instrumentos de planejamento (Planos, Relatórios, Programação Anual, LOA, PPA);
- Solicitar ao Estado a reestruturação das Unidades Regionais de Saúde Pública – URSAP, de forma a aprimorar o apoio técnico aos municípios;
- Instrumentalizar técnica e financeiramente as CIRs, de modo que as mesmas desempenhem efetivamente o seu papel, atuando de forma qualificada;
- Propor a discussão tripartite de ações que venham reduzir a judicialização do SUS;
- Propor revisão do ordenamento e mudança de atitude dos órgãos de controle interno e externo que permitam abertura de canais de comunicação de forma a promover orientações pedagógicas, antes de adotar medidas punitivas;
- Reivindicar a agilidade na implantação de uma Política de Regulação da Assistência com a implantação das Centrais de Regulação Regionais e seu funcionamento em cogestão com o apoio técnico e financeiro da SESAP e Ministério da Saúde;
- Lutar contra o subfinanciamento da Vigilância em Saúde em conformidade com o artigo 30 da Constituição e sua estruturação no território locorregional;
- Pactuar junto à Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESAP), um programa especifico para atenção hospitalar que garanta a sustentabilidade Regional da Rede Hospitalar sob gerenciamento daquele ente;

- Assegurar na Política Nacional de Atenção Hospitalar, o financiamento de unidades de cuidados de internações básicas já existentes como retaguarda às redes locorregionais de saúde;
- Aperfeiçoar a Programação Pactuada Integrada
 PPI, para que seja agenda permanente nas CIR com revisão periódica e implantação da Câmara de Compensação Regional;
- Participar ativamente do Controle Social do SUS;
- Incluir na agenda nacional Tripartite a discussão da regulação e financiamento da força de trabalho em saúde com responsabilidades dos três entes federativos;
- Dar continuidade a qualificação de Gestores e suas equipes na perspectiva de responder aos anseios da gestão local em consonância com a Política Nacional/Estadual;
- Propor a reestruturação da Política Nacional de Educação Permanente no que diz respeito a: rateio e desburocratização na utilização dos recursos, incluindo outras instituições complementares na execução das atividades inerentes a Política;
- Reiterar os compromissos entre os entes federados com a manutenção dos servidores municipalizados ou atuando no âmbito do estado sem prejuízo dos direitos trabalhistas e previdenciários;
- Mobilizar os Gestores nas regiões de saúde para de forma solidária, promover articulações e cooperações sistêmicas em prol da operacionalização de ações e serviços de saúde;

- Estimular alternativas Jurídico-administrativas de apoio à gestão pública, visando a pactuação interfederativa em prol do fortalecimento e a sustentabilidade das Regiões de Saúde (como exemplos os Consórcios, a Cogestão e Contratualização),
- Apoiar a implementação dos dispositivos previstos no Decreto nº 7.508/2011;
- Cobrar do futuro governante o respeito aos caminhos já trilhados na saúde do RN, respeitando as qualificações técnicas, os compromissos pactuados, evitando a descontinuidade da construção do SUS nos espaços loco regionais.



"SAÚDE É VIVER MAIS E MELHOR"

Gilson Carvalho (in memoriam)

1946-2014

ivemos a singular e feliz oportunidade de conhecer e conviver com Gilson de Cássia Marques de Carvalho. Foram inúmeros congressos de gestores, cursos e encontros, os mais diversos aqui e por esse país afora, sempre no processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Gilson Carvalho era uma espécie de guru de todos nós. Uma referência nacional e internacional em políticas públicas de saúde e em assim sendo, ele ministrava em todos esses eventos palestras que eram verdadeiras aulas espetaculares, que ninguém queria perder e os auditórios eram sempre lotados... Uma beleza, o nosso Gilsão.

Entre os ideólogos do SUS, ele era considerado o maior de todos, a grande referência, o pai, como muitos o chamavam. E, como todo bom pai, Gilson criava, produzia, ensinava, elogiava

e cobrava, às vezes de forma dura, com críticas que repercutia nacionalmente. Encantava e incomodava gestores, prefeitos, governadores e parlamentares, sobretudo quando abordava a gestão e o financiamento do SUS, seus temas preferidos.

Gilson foi pediatra (longos anos atrás), era um sanitarista do mais amplo reconhecimento nacional e internacional, professor universitário, pesquisador, escritor e um humanista completo. Nascido em Campanha/MG, cidade que ele cantou em verso e prosa nas suas "Domingueiras".

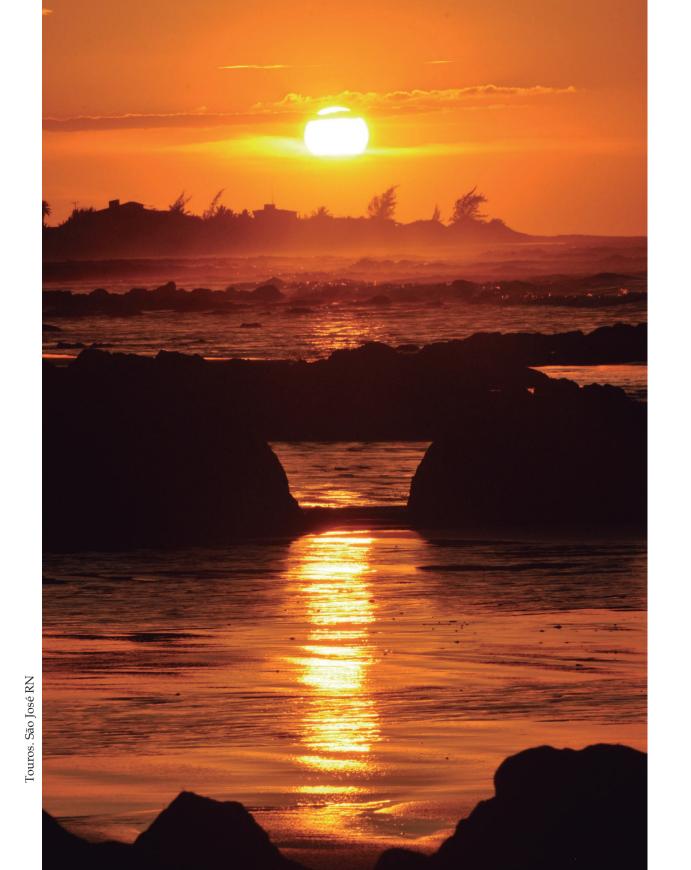
Motivado pela sua inseparável companheira Emília, que partiu há dois anos, ele escrevia em sua coluna dominical nos alimentando, via email, de conhecimentos e reflexões sobre o andamento do sistema, seus avanços e desafios.

Em seus 727 domingos, iniciava sua narrativa com "BOM DIA. ABRASUS DOMINICAIS. BOA SEMANA!" e sempre concluía com um grande pensamento "Quando a circunstância é boa, devemos desfrutá-la; quando não é favorável devemos transformá-la e quando não pode ser transformada, devemos transformar a nós mesmos", plagiando as palavras de Victor Frankl - Psicólogo e prisioneiro de Auschwitz.

Siga em paz grande, justo e ilustre defensor do sistema público de saúde. Pessoas como você não morrem, se transformam e deixam para a eternidade o legado de sua passagem por aqui entre nós.

De todos que fizeram e fazem o COSEMSRN nesses 25 anos.

Obrigado, Gilsão!



EVENTOS DO COSEMS RN

OS GRANDES EVENTOS DO COSEMS

COSEMS RN tem como missão "Agregar e representar o conjunto de todas as secretarias municipais de saúde, promovendo o pleno exercício das responsabilidades dessas instituições na política de saúde, perante as demais esferas de governo e aos poderes legislativo e judiciário, além de outras entidades da sociedade civil".

Dessa forma, afora a função de representação dos seus pares foram criados espaços de debates e fomento do conhecimento, representando momentos significativos de intercâmbio, construção de consensos e definição de questões prioritárias para o conjunto de secretários municipais de saúde.

Esses eventos retratam o grau de mobilização política inerente ao COSEMS, buscando, também, a construção de agendas com as diversas entidades que interagem com o setor da saúde, na perspectiva de transpor os muros do próprio SUS para socializar

as informações com transparência para os órgãos de controle e, principalmente, para o cidadão em geral.

Destacam-se:

• I Encontro de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 03.03.1994 – Natal/RN

Presidente: Ana Tânia Lopes Sampaio

• II Encontro de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 14 e 15.07.1994 – Natal/RN

Presidente: Ana Tânia Lopes Sampaio

• III Encontro de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 31.03.1995 – Natal/RN

Presidente: Ana Tânia Lopes Sampaio

• IV Encontro de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 23 e 24.10.1997 – Natal/RN

Presidente: José Fernandes Neto

• V Congresso de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 10.12.1998 – Natal/RN

Presidente: José Fernandes Neto

• VI Congresso de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 18 e 19.11.1999 – "Construindo uma rede de municípios Saudáveis" – Mossoró/RN

Presidente: José Maria de Araújo Caldas

 VII Congresso de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde do RN – 19 a 21.09.2001 e V Congresso de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde do Nordeste – "Gestão Municipal: Uma questão de compromisso" – Hotel Parque da Costeira – Natal/RN

Presidente: José Fernandes Neto

• XX Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde e I Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência – 17 a 20.03.2004. Natal/RN (Substituição)

Presidente: Divaneide Ferreira de Souza

 VIII Congresso de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde – 18 a 19.05.2006 – Natal/RN

Presidente: José Fernandes Neto

• IX Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do RN - 10 e 11.07.2008 - "20 anos de SUS e a construção do pacto pela saúde: avanços e perspectivas" - Hotel Barreira Roxa - Natal/RN

Presidente: Solane Maria Costa

• X Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do RN - 21 a 23.10.2009 - "Qualificando a gestão do SUS no RN" - Hotel Praiamar - Natal/RN

Presidente: Solane Maria Costa

• XI Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do RN – "Construindo cenários: (Re) politizando o SUS" – 09 e 10.11.2010 – Hotel Praiamar – Natal/RN

Presidente: Solane Maria Costa

• XII Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do RN – "Consolidando o SUS: rumo a plenitude da gestão nos municípios" – 16 a 18.11.2011 – Hotel Pestana – Natal/RN

Presidente: Solane Maria Costa

• I Seminário de Articulação Interfederativa - "Pactos Interfederativos e as Novas Normativas do SUS" - 02 e 03.08.2012 - Hotel Praiamar- Natal/RN

Presidente: Solane Maria Costa

• II Seminário de Articulação Interfederativa – "Desenvolvimento Regional da Saúde: Relações Interfederativas na Construção do Contrato Organizativo de Ação Pública do RN" – 27 e 28.11. 2013 – Hotel Praiamar – Natal/RN

Presidente: Maria da Salete Fernandes Cunha

GALERIA EX-PRESIDENTES

COSEMS RN: 25 anos de lutas

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade

Gestão: 1989

história do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) está fortemente /ligada à redemocratização do país em 1985 - após dezenove anos de ditadura militar - com a eleição de Tancredo Neves (Presidente) e José Sarney (Vice) e o início da chamada 'reforma sanitária', liderada por Hésio Cordeiro e um grupo de sanitaristas do Instituto de Medicina Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse movimento foi o embrião do Sistema Único de Saúde (SUS), inserido na constituição de 1988, baseada na integralidade das ações e na hierarquização da gestão,

Da mesma forma, a trajetória do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (COSEMS RN),

tendo o município como porta de entrada do sistema.



encontra-se vinculada a uma ação de devolução da autonomia dos cidadãos de Natal para eleger seu prefeito - direito que havia sido retirado em 1964, com a prisão arbitrária do então prefeito Djalma Maranhão e sua cassação pela Câmara Municipal. Durante todo o regime militar o prefeito de Natal (e de todas as capitais) era nomeado pelo governador do Estado e as ações de saúde, eram desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde, através de sua rede de unidades básicas e hospitais.

Em 1985, a Assembleia Legislativa devolveu a autonomia ao município de Natal, que vinte e três anos depois voltou a eleger pelo voto direto o seu prefeito, o então deputado estadual Garibaldi Alves Filho. Uma das primeiras medidas do novo prefeito foi à criação da Secretaria Municipal de Saúde, com a realização de um processo seletivo para contratação de profissionais que constituíram equipes multidisciplinares - com enfermeiros, médicos, nutricionistas, odontólogos e psicólogos - em cada uma das oito novas unidades básicas construídas, bem como nas já existentes da rede estadual, que foram repassadas gradualmente.

No processo da Reforma Sanitária e da implantação do SUS os gestores municipais da saúde encontraram forte resistência dos secretários estaduais, oriundos de governos escolhidos pelo regime militar e refratários à gestão participativa e à hierarquização das ações. A partir de 1988, o processo exigiu a criação de secretarias municipais de saúde para viabilizar a governança da porta de entrada do sistema.

As dificuldades com os secretários estaduais demonstrou a necessidade da união dos gestores municipais. Com a colaboração dos secretários municipais de saúde de Londrina, Belo Horizonte e Recife que presidiam os conselhos de seus respectivos Estados, conseguimos realizar em 1989, o I Congresso de Secretários Municipais de Saúde, durante o qual foi instalado o Conselho Estadual de

Secretários Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte. Essa era a forma como na época se denominavam os Conselhos Estaduais e Conselho Nacional. Acertadamente, a nova designação retirava o protagonismo dos secretários e o devolvia para todos os servidores da instituição.

Ao longo desses 25 anos tive a oportunidade – em duas ocasiões na gestão estadual - de ter interlocução e a colaboração do COSEMS RN nas discussões e nas decisões da política da saúde no nosso estado, testemunhando sua defesa dos interesses dos municípios e dos seus cidadãos, apesar do subfinanciamento injusto e cruel. Igualmente, quando há dois anos participei de um projeto no Ministério da Saúde, testemunhei o respeito de sua área técnica pelo conjunto de gestores e servidores municipais.

Congratulo-me com a atual Diretoria do COSEMS RN e com os prefeitos, secretários municipais e servidores dos 167 municípios, pois todos são atores desse processo que começa e termina no município. São todos protagonistas e espectadores. Participam, com os cidadãos, das dificuldades e dos resultados, dos sofrimentos e do alívio.

COSEMS RN: 25 anos na construção do SUS

Frederico Luiz de Araújo Lima Gestão: 1992-1993

s primeiros anos após a promulgação das leis 8.080 e 8.142 em 1990, determinaram a consolidação legal e normativa do Sistema Único de Saúde (SUS), com base no pacto social construído na época. A atuação do COSEMS RN foi fundamental para que isso acontecesse. Naquela época, nosso Colegiado congregava apenas um pequeno número de secretariais municipais com atuação de forma pouco expressiva.

Dessa forma, contextualizando a época:

• 1986 - Realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) que desenhou os principais fundamentos para a criação do SUS.



- O movimento nacional da reforma sanitária promoveu uma grande mobilização política, social e de profissionais vinculados a diversas instituições: SESAP, Fundação Walfredo Gurgel (FUWGEL), Secretaria Municipal de Saúde de Natal, Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC/UFRN), Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), etc.
- Criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) no final da década de 80, como estratégia transitória, que foi operacionalizado através de Convênios entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e as Secretarias Estaduais.
- Resistência dos gestores do INAMPS local para a descentralização do setor de Controle e Avaliação, bem como, para a extinção do órgão.
- Criação do Grupo Executivo Local (GEL), composto por técnicos de várias entidades e gestores das Unidades de Saúde no intuito de elaborar uma proposta para a instalação do 1º Distrito Sanitário na região norte de Natal.
- Minha designação para gerente do referido distrito, quando iniciamos a implantação naquele território dos princípios e diretrizes do SUS, foi uma experiência prática muito enriquecedora para os atores envolvidos, que muito contribuiu para a condução do processo de implantação do SUS.
- A criação das Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e Bipartites (CIBs), dos Fundos de Saúde e das Condições de Gestão ensejaram a reativação do COSEMS e a eleição de nova diretoria.

Enquanto isso foi estimulada a criação das Secretarias Municipais em todas as regiões e a capacitação dos profissionais de saúde para assumir as novas funções, fortalecendo o COSEMS em nosso Estado.

O lema "a municipalização é o caminho" gerou a descentralização das Unidades Básicas do estado para os municípios e consequente transferência de poder, promovendo impacto na saúde da população.

As conferências municipais de saúde foram inicialmente organizadas em caráter regional, pelas deficiências técnicas/ operacionais das secretarias municipais de pequeno/médio porte em promover os eventos.

Em 1993 foi instalada a CIB RN com muita dificuldade, em função da resistência do então gestor da SESAP ao modelo colegiado de gestão da saúde em nosso estado, tendo criado vários obstáculos para o seu funcionamento, cuja primeira reunião somente ocorreu após vários agendamentos descumpridos.

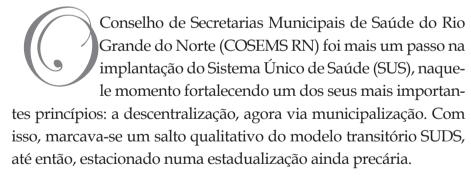
No que se refere ao momento atual, destaque-se que algumas questões permanecem sem solução:

- A Atenção Básica se expandiu aos estratos mais pobres da população, mas se estabilizou na baixa qualidade e resolutividade, em função, sobretudo, do gargalo da média complexidade;
- As ações assistenciais, puramente curativas, ainda são predominantes em detrimento das ações de promoção com caráter preventivo;
- O subfinanciamento não foi resolvido pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e Projeto de Emenda Constitucional 29 (PEC) e, até se agravou, devido ao aumento crescente de encargos de responsabilidade municipal e estadual;

- A permanência da fragmentação setorial e respectivos corporativismos, clientelismos, paternalismos e desperdícios ainda persistem;
- Devido a falta de resolutividade no setor público, o serviço privado acaba assumindo demandas que ultrapassam a sua função complementar do sistema. No entanto, a resposta é aquém da qualidade e da necessidade de atendimento, ferindo assim o princípio da integralidade;
- A saúde não é vista como política de Estado e sim como política de governo, sofrendo com isso influências partidárias e da própria inércia dos gestores. Além disso, os princípios do SUS e a participação dos Conselhos de Saúde na formulação de estratégias permanecem poucos expressivos, apesar de toda o aparato de Portarias, Normas, Pactos, etc.

25 anos de COSEMS RN

Nilma Rodrigues da Silva **Gestão: 1993**



Com muitas secretarias ainda se organizando, a articulação dos(as) secretários(as) municipais de saúde em uma entidade, o COSEMS proporcionava as condições para a superação do que chamamos a solidão municipal.

Unidos e reunidos nem que fosse para trocar ideias sobre a consolidação da própria entidade, superando diferenças político-eleitorais e conflitos regionais, construindo a possibilidade de parcerias e fazendo um diagnóstico mais fiel de suas próprias



realidades, reconhecendo-lhes pontos em comum e diferenças, os secretários municipais passaram a se perceber mais fortes.

Assim é que, o estreitamento dos laços e a inauguração daquele diálogo sistemático, agora institucionalizado, fortaleceu também a municipalização efetiva. Os municípios aproximaram-se, teceram os fios que formaram a verdadeira rede hierarquizada de assistência à saúde a que se propõe o SUS.

E foi assim que a distância entre os municípios e o Ministério da Saúde em Brasília diminuiu, porque juntos começamos a percorrê-la. Entendo que o desafio que agora se coloca para que a municipalização cumpra o seu papel é a solução dos percalços no controle social cujo amadurecimento e consolidação são essenciais para o resgate dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde.

Caminhando para o futuro!

Ana Tânia Lopes Sampaio **Gestão: 1993-1996**

Com muita emoção que relato, em poucas palavras, os legados deixados pelos dois mandatos exercidos como presidente do COSEMS no Rio Grande do Norte, no período de 1993 a 1996.

Falar desse período significa falar da história da implantação do SUS no estado do RN. Assumi a presidência do COSEMS em 05/10/1993, em substituição ao Dr. Frederico Araujo Lima, no decorrer da 4ª REUNIÃO DO COSEMS, ou seja, assumi a presidência no ano em que foi implantado o Colegiado no RN. Esta reunião em que tomei posse aconteceu no auditório da Associação médica, pois na época o COSEMS ainda não tinha sala para seu funcionamento. Durante o ano de 1993 tivemos alguns marcos históricos para o Conselho, dentre eles, participar como membro titular da 1ª Bipartite no Estado do RN e



do 1º Conselho Estadual de Saúde do RN (Julho/1993); Participar como membro eleita, por unanimidade, da 1ª Conferencia Estadual de Recursos Humanos para Saúde; Acompanhar a publicação e implantação da NOB 93 no SUS do RN; Realização do 1º Seminário de Descentralização do SUS (agosto de 1993); Realização do 1º Congresso de Saneamento e meio ambiente (conjuntamente com a FSESP); Realização da 1ª Assembléia Geral de Secretários Municipais de Saúde do RN.

No ano de 1994 as conquistas continuaram, em parceria com a SMS Natal, através do secretário Dr. Edmundo Gentile, conquistamos uma sala para nosso funcionamento na sede da SMS Natal. Elaboramos a Normatização Técnica Administrativa do COSEMS RN. Iniciamos uma campanha de sensibilização dos prefeitos quanto a importância da participação em nossas reuniões; participamos da assessoria aos municípios para a implantação dos Conselhos Municipais de Saúde; fizemos o lançamento do 1º Jornal informativo (trimestral); participamos como membro efetivo da 1º Comissão Intermunicipal de Assessoria ao Processo de Descentralização e Convênios na área da saúde do RN; realizamos o 1º Encontro de Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde do RN (Realizado no Hotel Residence) e o Curso para recuperação de desnutridos. Fechamos o ano com uma conquista histórica, firmando parceria com a UNICEF, visando ações de apoio técnico aos municípios do estado.

O ano de 1995 teve como marco a 1ª disputa entre chapas para presidência do COSEMS RN, se consolidando minha reeleição como presidente pelo voto direto da maioria dos secretários municipais, em disputa acirrada com a então secretaria municipal de Saúde de São Gonçalo do Amarante, Dra Adriene. Neste ano nossas ações foram focadas nas diretrizes assumidas com a UNICEF, dentre elas destacamos a realização do 1º Curso de Dirigentes Municipais de Saúde (Hotel Residence); participação ativa como representante do estado na Comissão de implantação do PACS e

PSF no Brasil e no estado; participação como Membro do Comitê Nacional do Programa de Controle das Endemias (PCDEN), financiado pelo Banco mundial. Outro destaque para o COSEMS naquele ano foram as várias ações realizadas, em parceria com a secretaria estadual de saúde para descentralização das ações do INAMPS e Fundação SESP.

Finalizamos nosso mandato como presidente deste conselho no ano de 1996 com a sensação de dever cumprido, foi gratificante poder avaliar o ganho significativo de espaços para os gestores municipais no âmbito das políticas estruturantes do SUS em nosso estado, enfim, havíamos conquistado o respeito e a credibilidade. O COSEMS era agora uma entidade representativa de poder no âmbito do SUS do RN. Nesse momento, tínhamos como agenda a implantação da Norma Operacional 96; as ações de operacionalização para 1ª Programação Pactuada e Integrada a ser realizada pelos municípios no estado; a capacitação e apoio aos gestores para adesão e implantação do Programa Saúde da Família; assessoria aos gestores no sentido de viabilizar e gerenciar os Pisos de Atenção Básica lançado naquele ano pelo Ministério da Saúde.

Enfim, nossa missão foi abrir os caminhos para o futuro, ousar dar os primeiros passos no Rio Grande do Norte para nossa tão sonhada Reforma sanitária brasileira. Fomos ousados em fazer o novo, o que nunca se havia feito, conquistar espaços permanentes de decisão para nosso colegiado representativo de gestores municipais de Saúde, no âmbito das políticas públicas que norteiam o cenário da saúde em nosso estado. É profundamente gratificante poder olhar para trás e perceber que o hoje só existe em função do ontem, nosso sentimento é de dever cumprido e de felicidade em poder ver hoje os frutos que plantamos germinando e brotando, é por isso que estamos aqui hoje contando nossa história.

COSEMS RN: 25 anos de SUS!

José Fernandes Neto **Gestão: 1998-1999 e 2001-2002**

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (COSEMS RN) encontrou sérias dificuldades no início de suas atividades, principalmente, devido à falta de recursos financeiros. Não tínhamos sede própria e nossas atividades eram realizadas em locais cedidos ora pelos municípios, ora pelo estado. Nossos abnegados funcionários eram cedidos por entidades, fato que nos obrigou – certas vezes - ceder alguns itens de negociação. Outra grande dificuldade na negociação, à época, se deu em virtude do processo de municipalização, na qual a gestão estadual teve que descentralizar recursos para os municípios plenos do sistema, havendo uma perda de poderes no âmbito do estado.

Encampamos em nossa gestão, a luta pela criação das secretarias de saúde em todos os municípios potiguares - com seus



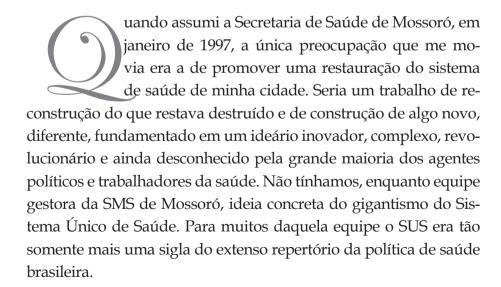
respectivos secretários – luta que a princípio, apresentou rejeição dos prefeitos. Idealizamos a criação dos fundos municipais de saúde com autonomia e gestão por parte dos secretários. Procuramos dividir o Estado em várias regiões para reunirmos diversos representantes junto ao COSEMS RN e a Bipartite com o intuito que estes participassem das importantes decisões de saúde. Buscamos sempre priorizar o acesso aos pequenos municípios aos procedimentos de média e alta complexidade disponíveis em municípios de grande porte.

Inovamos nas reuniões da Bipartite e passamos a nos reunir em momentos que as antecediam com a finalidade de tomar decisões em conjunto - após amplo debate e, por conseguinte, votar em consenso na reunião. Tivemos a preocupação que todo o Estado conhecesse o Cosems, para isso, realizamos reuniões em todas as regiões do Rio Grande do Norte. Outro grande avanço foi quanto à implantação da PPI (Programação Pactuada e Integrada) que universalizou e orientou os acessos aos serviços de saúde pública.

Alguns membros do COSEMS RN tornaram-se gestores estaduais o que muito facilitou as negociações na Bipartite e tornou o Colegiado um grande parceiro – de forma independente - nas mais importantes decisões em beneficio da saúde pública do nosso Estado. O Conselho desde o início lutou pela melhoria da saúde pública nos municípios potiguares, procurando fornecer acesso universal para toda a população.

Viva o COSEMS RN!

José Maria de Araújo Caldas Gestão: 1999-2001



Particularmente, já militante desse processo desde cerca de 20 anos antes, no movimento estudantil e depois no movimento



médico (associação, sindicato e conselho), eu me sentia duplamente atarefado: conduzir a gestão e, ao mesmo tempo, situar e ajudar a formar uma significativa legião de técnicos, lotados nas mais variadas funções, e demais trabalhadores naquela difícil e nobre missão de operar o sistema municipal de saúde de Mossoró, à luz daquele novo que não era simplesmente mais uma sigla, mas sim o SUS, o nosso grandioso SUS.

E foi logo no início da gestão, ainda meio assombrado com o cenário, mas incitado pelo desafio que estava posto, que vim a conhecer o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte, o COSEMS-RN. Familiarizado com o papel das entidades representativas de classes, por conta da militância que exercera antes, eu logo compreendi a magnitude de um COSEMS, sobretudo na sua missão de congregar, integrar, interagir e representar técnica e politicamente os secretários municipais de saúde. E assim passei a integrar fortemente o COSEMS-RN ao longo dos 4 anos que se seguiram, 1997 a 2000, período em que atuei como seu vice-presidente e presidente.

Foi um tempo simplesmente maravilhoso, riquíssimo. Um tempo preenchido por um intenso processo construtivo do SUS no Rio Grande do Norte, marcado por um COSEMS que progressivamente seguia sua trajetória de lutas, numa crescente atuação agora oxigenada por novos e cada vez mais numerosos atores e que se somavam aos antigos personagens de sua história, verdadeiros protagonistas que se confundem com a própria instituição.

Foi um tempo de muitas reuniões, debates, cursos, seminários e congressos envolvendo técnicos e secretários de saúde, prefeitos, governadores e outros agentes políticos, prestadores de serviços e demais trabalhadores da saúde aqui no Rio Grande do Norte e em outras cidades do País. Esses eventos aconteciam com muita frequência e eram uma fonte de permanente motivação, instigando

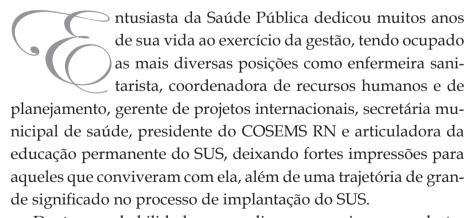
todos nós a pensarmos e produzirmos ações de saúde em nossos municípios, conforme estava preconizado na legislação do SUS.

Era praticamente impossível, àquela altura, que um município caminhasse sozinho na gestão de sua saúde. O isolacionismo e o discurso do "não preciso do COSEMS" eram opções suicidas e politicamente equivocadas naqueles novos tempos que se consolidavam pelo País afora. De um modo torrencial, feito uma avalanche, a implantação definitiva do SUS, em suas vertentes nacional, estadual e municipal, sobretudo a implementação de suas ações municipais e consequente responsabilização desta esfera de governo, consagraria em definitivo o papel do COSEMS na mediação de toda essa política norteadora do processo construtivo do SUS, principalmente junto ao ente estadual, através das negociações bipartites com a Secretaria Estadual de Saúde, e também junto ao ente federal, através das negociações tripartites com o Ministério da Saúde, ali representado pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, o CONASEMS.

Esse foi o cenário da minha época e que evoluiu grandiosamente nas gestões seguintes, fazendo do COSEMS RN uma instituição valorosa, de exemplar visibilidade política, inclusive nacionalmente, e de alta significância para o desenvolvimento permanente do SUS no Rio Grande do Norte. E é com muito orgulho que me sinto parte desta instituição, ao tempo em que agradeço a todos os meus contemporâneos por tudo aquilo que realizamos juntos em prol da construção do SUS no Rio Grande do Norte, com a plena satisfação de que representamos um pedaço dessa jovem, mas expressiva história de 25 anos.

Diva: uma saudade!

Divaneide Ferreira de Souza (in memoriam)
Gestão: 2004-2005



Dentre suas habilidades e seus diversos papeis, merece destaque sua preocupação na qualificação de gestores e equipes gestoras, exercitando a arte de socializar suas experiências e conhecimentos adquiridos no decorrer da vida profissional, tornando-a uma mestra.



Como dizia Osho-Zen:

Um mestre funciona como um agente catalisador, cuja simples presença estimula...

É como quando o sol nasce pela manhã e os pássaros imediatamente começam a cantar. Eles surgem voando de todos os lados, celebrando e dando boas-vindas ao novo dia através das canções. O sol não age diretamente sobre eles, mas algo acontece; o ambiente que ele cria faz com que os pássaros se sintam vigorosos, jovens e vivos.

As flores começam a desabrochar...

O sol não se está dirigindo a cada flor, forçando-a a abrir, pelo menos não de uma forma direta, entretanto seus raios dançam ao redor da flor, dando-lhe calor e encorajando-a delicadamente. As flores têm de ser tocadas de uma forma suave, se você forçar suas pétalas a se abrirem elas não resistirão. Você conseguirá fazer com que se abram, mas ao mesmo tempo elas morrerão. O sol simplesmente cria o clima no qual elas podem desabrochar. Um desejo interior surge dentro delas, algum instinto misterioso entra em sintonia com o calor do sol. E as flores se abrem e começam a exalar sua fragrância.

Exatamente como o trabalho do mestre...

Ele não pode entregar a você aquilo que conhece, mas, pode criar um certo campo de energia no qual suas pétalas podem se abrir, no qual as suas sementes são encorajadas, em que você pode criar coragem suficiente para dar o salto, no qual o milagre torna-se possível.

É certo que as pessoas não são insubstituíveis, mas algumas deixam grandes lacunas que talvez não possam ou não devam ser preenchidas.

Viva o COSEMS, viva o SUS!

Maria Neuman Azevedo Gestão: 2006-2007

história do COSEMS RN, tem tudo a ver com a historia do SUS, não sendo desta forma mera coincidência. Pois não podemos falar do COSEMS, sem falar do SUS, que teve ao longo de sua trajetória, um papel fundamental na construção

longo de sua trajetoria, um papel fundamental na construção desse sistema. Na luta sempre em prol da garantia dos direitos dos cidadãos norte-rio-grandenses à saúde. Afirmo que em minha gestão, mesmo com as dificuldades financeiras, pois vivíamos única e exclusivamente das mensalidades pagas pelos gestores mais comprometidos, estava rodeada de pessoas que muitas vezes trabalhavam sem garantia dos seus salários, lutavam incessantemente, num esforço coletivo do movimento municipalista em prol da consolidação do sistema único de saúde. Aproveito esse momento para agradecer a todos que



contribuíram para a construção de nossa entidade, e que possamos avançar cada vez mais para construir novas formas de produzir saúde em nossos municípios.

Em nossa gestão ocorreu uma grande mudança no cenário nacional, o lançamento do Pacto pela Saúde, que quebrou o paradigma normativo trazendo a concepção de uma gestão participativa, substituindo a habilitação cartorial para a prática do compromisso de gestão, introduzindo o conceito de regionalização solidária, novos mecanismos de integração e novas instâncias de gestão (CGR); reorganização dos repasses em cinco blocos: atenção básica, média e alta complexidade, vigilância à saúde, assistência farmacêutica e incentivo à gestão, ocorrendo a ruptura com a fragmentação do financiamento. No entanto ainda buscávamos a regulamentação da EC 29, aprovada desde o ano 2000, em ambiente de fortes expectativas positivas quanto ao futuro do financiamento, tendo sua regulamentação sucessivamente protelada. Contamos ainda com um desfecho traumático no final de 2007, quando o Congresso Nacional vetou a prorrogação da CPMF e a regulamentação da EC 29, frustrando as expectativas gerais, inclusive a do COSEMS RN.

Nada disso foi capaz de esmorecer os atores que travaram decididos embates na arena politica, onde se destaca o CONASEMS. Não podíamos perder a esperança de continuarmos a lutar por melhores condições de saúde para a nossa população, garantindo o financiamento tripartite. Neste período de gestão estivemos presente no congresso de Cuiabá, Recife e Joinville, na busca incansável por melhorias e garantias de financiamento, onde não faltaram sinais de alerta quanto ao risco do pacto não se efetivado, devido a necessidade de aumento de recursos e o cumprimento da EC 29 por parte das três esferas de gestão. Concluímos na certeza de que cumprimos um papel preponderante, onde fomos e somos atores políticos do SUS,

nos espaços de pactuação, atuamos fortemente nos CGR'S, hoje CIR e também na CIB, sempre na defesa dos anseios e demandas dos municípios.

Nesses 25 anos, muito me orgulha continuar fazendo parte desse Colegiado, história que se entrelaça com a minha própria vida pessoal, a qual dediquei muitas horas na construção desse sistema tão complexo que é o SUS.

Saúde e paz: viva nós, viva a humanidade e viva ao SUS!

Solane Maria Costa **Gestão: 2008-2010 e 2010-2012**



egundo Adib Jatene "quando você participou de uma luta, ajudou a organizar, apoiou e vê isso florescendo e se constituindo num poderoso instrumento de organização pública, você fica orgulhoso, fica feliz." Sinto-me contemplada com estas palavras, pois, acompanhei intensamente toda a trajetória do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (COSEMS RN), onde fui vice-presidenta, secretária executiva, presidenta e hoje colaboradora. Contamos à época com dois grandes parceiros e atuantes presidentes do CONASEMS – Helvécio Magalhães e Antônio Nardi. Enfim, sou ininterruptamente COSEMS RN ao longo destes 25 anos, e com muito orgulho!

Quando assumi o primeiro mandato de presidenta, estávamos vivendo o fim da CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira) que foi muito ruim para a saúde pública brasileira. Perdemos este recurso bastante expressivo, não tínhamos garantia de onde sairiam novos financiamentos, e com o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), tudo ficaria ainda mais difícil.

Conseguimos continuar com o processo de consolidação do Pacto pela Saúde, e o Rio Grande do Norte – apesar de todas as dificuldades - foi considerado um dos estados que tiveram sua implementação exitosa. Pautamos nossas ações na árdua tarefa de transformar o sonho do SUS em realidade – representar e qualificar a gestão do lugar onde nasce vive e morre o cidadão - o município. Iniciamos pela reestruturação do próprio COSEMS com a melhoria de sua estrutura física e logística - com pessoal qualificado - para atender as demandas que se anunciavam.

Consideramos alguns marcos muito importantes no trilhar de nossa gestão: a implantação das contribuições financeiras para o COSEMS de forma regular e automática de todos os municípios do RN, com recursos do teto estadual; reforço nos processos de Educação Permanente com a proposta inicial do SUSgestão, os Diálogos Temáticos e Sessões Temáticas, abordando vários temas da gestão de forma descentralizada, por região de saúde através de convênios com SESAP/RN e SGEP/MS; acolhimento anual aos gestores em assembleias; criação de um canal permanente de comunicação com gestores através de correio eletrônico, site, publicação de revistas anual, espaços oportunos na mídia e informativos diversos; realização de reuniões mensais da diretoria com extensão aos Secretários Municipais e técnicos de forma regular e com expressiva participação; realização de 04 (quatro) grandes Congressos De Prefeituras e Secretarias Municipais De Saúde (IX ao XII) e um grande Seminário De Articulação Interfederativa, já iniciando a transição do Pacto pela Saúde para a

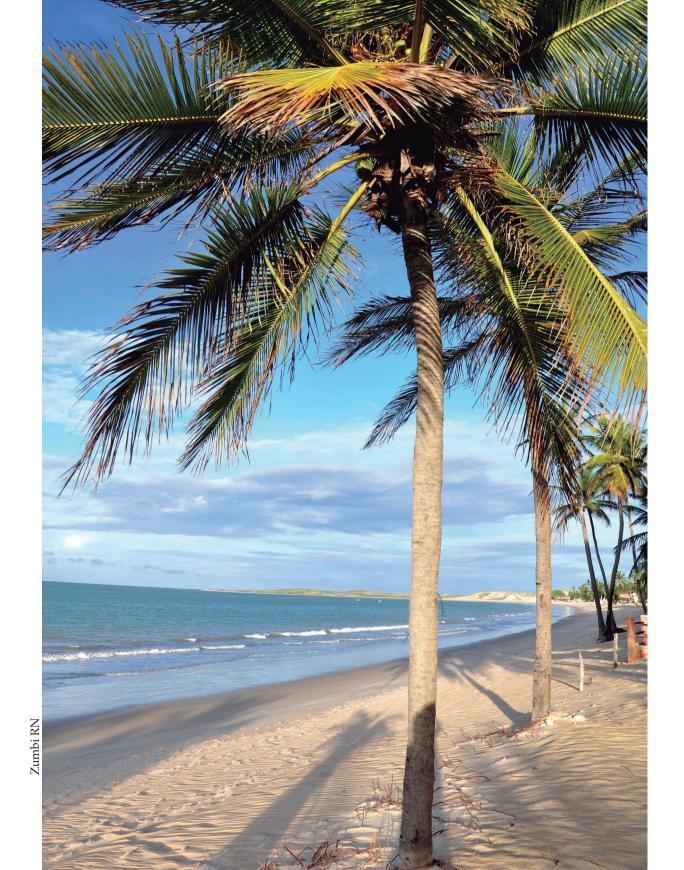
vigência do decreto 7.508/2011, além de vários outros eventos; fizemos vários movimentos junto ao Ministério público e outros órgãos para garantia de repasses do financiamento do ente estado para os municípios (Assistência Farmacêutica, Atenção Básica, dentre outros.), e movimentos de mobilização nacional em prol do SAÚDE + DEZ, do aumento e repasses regulares dos blocos de financiamento pelo Ministério da Saúde.

Após quase cinco anos de mandato como presidenta, entreguei a gestão com a certeza de 'parte' de um dever cumprido. 'Parte', porque nosso dever não se encerra em uma instituição, profissão, ofício ou em um cargo.

Tudo isso é passageiro e, mais cedo ou mais tarde, se tornará uma parte do todo, pois, temos fases na vida as quais devem ser vividas em sua plenitude para que ao final do grande ciclo, olhemos para todas elas pelas quais passamos juntos como uma grande equipe: da cidade de São José de Mipibú - Norma Ferreira e colegas da SMS, rendo minha gratidão e homenagem; aos amigos do COSEMS, da sede diretamente como Simone, Sueldo, Marli, Terezinha "maravilhosa", Marilene, Nerialba, Roberval, Divaneide (in memorian) - sem vocês não seria possível a grandeza deste conselho; com os colaboradores eventuais; com a nossa Diretoria Executiva Jalmir, Salete e Neuman; com os nossos vice-presidentes regionais; todos os Secretários de Saúde Municipais; equipes gestoras; nossos ex-presidentes pelo legado deixado para construção do COSEMS; nosso permanente incentivador, condutor e apoiador - o CONASEMS, toda diretoria e equipe de assessores; nossos amigos Presidentes do Nordeste Pai d'égua, e nossos parceiros – aqueles que fizeram a diferença atuando nas Instituições e entidades como: Ministério da Saúde, SESAP/RN, FEMURN, NESC, CES, CIB, CIR, Promotoria Pública, entidades de classes. E minha família? Quanto cuidado, compreensão e carinho recebi! QUE EQUIPE SELETA! Para todos, de coração, o meu muito obrigada!

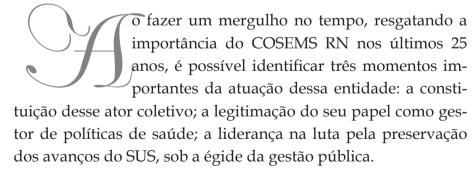
Aqui, neste e por este Conselho vivenciei grandes experiências. Tive excelentes mestres e espero ter sido uma humilde aprendiz. Desejo minimante ter cumprido o papel que me foi confiado com imparcialidade, zelo, representatividade e 'mimos'. Levo a certeza que fizemos o que foi possível e que ainda há muito por fazer.

PARCERIAS



A Trajetória do COSEMS RN como agente de mudanças

Maurício Campelo de Macedo Coordenador do NESC-UFRN



A criação do COSEMS RN, em 1989, surge da necessidade de um ator coletivo que represente os interesses do projeto municipalista na saúde no Estado. Momento conturbado da vida do país, com interesses contraditórios (econômicos, políticos e corporativos) e grandes resistências a esta descentralização, pois a condição de gestor da saúde significava deslocamento dos centros



de poderá os municípios. O COSEMS RN nesta fase dependeu muito da estrutura da SMS de Natal. Mesmo assim, contando com a parceria do NESC-UFRN e desta secretaria, consegue difundir amplamente os princípios do SUS e contribui significativamente para o crescimento das secretarias municipais de saúde no RN.

Em 1993, com a criação da Comissão Bipartite, inaugura-se a segunda fase da história do COSEMS RN que passa a ser representante dos secretários municipais de saúde no interior desta Comissão. Foi reconhecida oficialmente a sua legitimidade como gestor de política de saúde, partilhando esta responsabilidade com a SESAP RN. Trata-se de um momento fundamental para o processo de municipalização, onde grandes discussões e negociações serão realizadas sobre a captação e alocação dos recursos, em especial as transferências entre os níveis de governo, a definição das condições de gestão de cada SMS e o acompanhamento das medidas operacionais deste processo.

Os anos 2010 marcaram o início do momento atual, da terceira fase da trajetória do COSEMS RN, que se abre com uma crise nacional do SUS. Apesar dos avanços inegáveis no que diz respeito à sua estruturação, este sistema esbarra em velhos problemas: financiamento insuficiente; problemas relativos à alocação dos recursos e um gasto ineficiente; ausência de uma política de educação permanente que qualifique o trabalho em saúde; dificuldades no âmbito da gestão do trabalho; terceirização da atenção à saúde; dificuldades de diálogo com os conselhos de saúde; entre outros problemas que paralisam a gestão do SUS e são alvo fácil para a utilização midiática pelos seus detratores, que defendem a privatização.

Este é um momento que exige do COSEMS RN a retomada da sua liderança no sentido da preservação dos avanços do SUS, aprofundando o processo de regionalização e a implantação das redes estratégicas de atenção à saúde, da política de humanização, mas também, as mudanças necessárias para romper com estruturas que o aprisionam e colocam em risco o seu projeto voltado para o bem-estar social.

Assim, exige uma liderança local, mas, também, integração a atores nacionais, lutando para estabelecer mecanismos de financiamento que favoreçam a equidade com eficiência na alocação e no gasto público; reforçar o controle e a participação social na gestão do SUS; reorganizar a Atenção Básica, sobretudo através da Estratégia Saúde da Família; e, ainda, garantir a consolidação de um SUS com universalidade e equidade, sob a égide da gestão pública, superando os eventuais movimentos pela sua privatização. Estas ações exigem a liderança de um ator coletivo competente. A trajetória do COSEMS RN nestes 25 anos o credencia para exercer este papel.

AO COSEMS na construção e aperfeiçoamento do SUS no Rio Grande do Norte

Luiz Benes Leocádio de Araújo Prefeito de Lajes e Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte



u vejo como extremamente válida a orientação e a representatividade que tem o COSEMS no Rio Grande do Norte na construção, orientação e no fortalecimento do SUS no nosso Estado. A grande maioria das administrações municipais sofre com a descontinuidade administrativa, normalmente ocasionada pela mudança de gestores e na chegada de pessoas que precisam de algum tempo para melhor conhecer e orientar a política do SUS em nossos municípios.

O COSEMS tem sido fundamental, importante e necessário, prestando relevantes serviços na construção e na melhoria da

qualidade da gestão do SUS em cada um dos nossos municípios. E as parcerias que tem sido feitas entre o COSEMS e a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) em prol da qualidade dos serviços públicos de saúde em nosso estado tem sido de grande importância e valia para melhor desenvolvimento das ações. A atuação do COSEMS tem representado uma grande contribuição para garantir a segurança dos nossos gestores que, na grande maioria, ficam a esperar as orientações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde Pública e à mercê das mudanças que normalmente acontecem.

Registro, portanto, como prefeito e como presidente da FEMURN, com a visão de quem vem acompanhando esse trabalho há muitos anos, o papel fundamental que o COSEMS vem desempenhando na construção, no aperfeiçoamento e na melhoria da qualidade da política de gestão da saúde. Política de gestão que vem melhorando a cada dia com a orientação e a participação do COSEMS.

Faço esse registro com muita alegria, ainda mais pelo fato de saber que essa orientação e esse trabalho, feitos de maneira competente e em regime de parceria junto aos gestores municipais, são realizados mesmo com a pouca estrutura de que dispõe o COSEMS.

Devo destacar que as parcerias firmadas entre o COSEMS e FEMURN têm por objetivo aperfeiçoar a gestão da saúde, a melhor capacitação dos nossos gestores municipais e também apresentar pleitos das prefeituras juntos aos outros entes federativos envolvidos na política de gestão do SUS. O COSEMS e a FEMURN são, posso garantir, parceiros na construção de uma política de gestão que contemple a população e garanta o aperfeiçoamento do princípio da universalização dos serviços.

COSEMS RN: A voz das necessidades da base nas discussões sobre Saúde Pública

Luiz Roberto Leite Fonseca Secretário de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte



Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (COSEMS RN), constituído no ano de 1989 - como ente de mobilização e representação dos gestores da política de saúde dos municípios potiguares - tem um papel fundamental na discussão das políticas de saúde no âmbito Nacional, Estadual e Municipal.

A busca pela autonomia dos municípios, tanto administrativa quanto financeira, visando melhorias das condições de Saúde da população, é um dos norteadores dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a descentralização como sendo fundamental para uma participação mais consolidada, dos órgãos municipais, nas instâncias decisórias em nível estadual e federal.

Historicamente, vários desafios vêm sendo conquistados pelos municípios no que tange ao aumento da autonomia e, consequentemente, no aumento da responsabilização dos mesmos. Porém, infelizmente, essa constatação não vem sendo acompanhada no que diz respeito ao aumento das condições financeiras para execução destas responsabilidades.

O COSEMS RN, ao longo dos seus 25 anos de existência, tem tido um importante papel na construção do sistema de saúde, estimulando a integração e a participação da população no SUS. Ao congregar as 167 secretarias municipais do estado, possuindo representações nas oito regiões de saúde do RN, cabe também ao COSEMS a missão de defender a construção de um Sistema de Saúde universal e equânime para todos.

São nos municípios que os problemas são detectados de forma mais precoce e é onde a demanda da Saúde consegue chegar de forma mais célere, tanto aos secretários quanto aos seus gestores maiores, neste caso os prefeitos. Esse papel de interlocutor, que o COSEMS consegue fazer por aglutinar a sensação e a percepção da Saúde do seu território, faz deste Conselho "a voz" das necessidades da base nas discussões sobre Saúde Pública, junto aos Conselhos e entidades estaduais e nacionais.

Pela defesa de um financiamento mais justo para o SUS, buscando a redução das desigualdades, por sua incessante e efetiva participação na promoção de cursos de capacitações para gestores e profissionais de saúde, entre outras dezenas de motivos, que, de forma tão emblemática, o COSEMS RN se destaca e se torna imprescindível e, até no ponto de vista filosófico, se torna um dos entes mais importantes na defesa pela Saúde Pública mais qualificada e mais justa. Parabéns ao COSEMS RN pelos seus 25 anos.

O COSEMS RN e o controle social no SUS

Francisco Canindé dos Santos
Presidente do Conselho Estadual de Saúde
do Rio Grande do Norte

a estruturação e consolidação do Sistema Único de Saúde os colegiados desempenham papel singular na efetivação desta que é a maior política pública de inclusão social da história republicana brasileira. Dentre os mais diversos espaços de or-

republicana brasileira. Dentre os mais diversos espaços de organização do SUS em nosso estado há que se destacar a importância do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte – COSEMS RN - Os 167 (cento e sessenta e sete) municípios potiguares, através de suas respectivas secretarias de saúde, encontram no COSEMS RN, uma representatividade qualificada e habilitada em possibilitar a exposição, acolhimento e determinação da energia coletiva que a gestão precisa para viabilização da construção do SUS.



Na esfera do controle social, a importância do COSEMS RN não é de menor monta. Dado a grandeza de sua presença, singularidade de representação, reconhecimento público e notório, o COSEMS RN tem cadeira cativa na composição do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte – CES RN, ocupando uma das cinco vagas do segmento Gestor/Prestador juntamente com a SESAP, Núcleo Estadual do Ministério da Saúde e UFRN. A quinta vaga deste segmento é complementada por uma entidade prestadora de serviços via eleição.

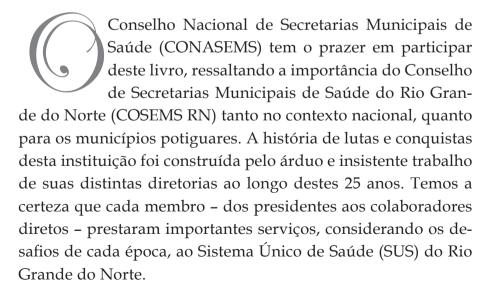
Nestes 25 anos de existência o COSEMS RN, reconhecidamente, tem fortalecido também em muito a construção, fortalecimento e qualificação do controle social tanto nos municípios potiguares quanto na esfera estadual. Apenas para exemplificar, no processo de construção e realização das conferências de saúde, a contribuição deste conselho de secretarias municipais de saúde sempre desempenhou e desempenha papel de destaque. Para 2015, quando estaremos vivenciando a 15ª Conferência Nacional de Saúde com suas etapas municipais e estadual, com certeza teremos como sempre a participação diferenciada do COSEMS.

O Conselho Estadual de Saúde – CES/RN - reconhece no COSEMS RN um dos seus mais legítimos membros permanentes e que muito engrandece o controle social no estado. Vejo como de suma importância à existência do COSEMS RN, e com certeza, o SUS estaria incompleto e deveras fragilizado na sua essência caso tal ferramenta gestora não estivesse efetivada.

Que o COSEMS continue desempenhando seu relevante papel de mobilização e defesa do Sistema Único de Saúde, para que cada vez mais tenhamos entidades protagonistas que garantam o fortalecimento do SUS. Parabenizamos o COSEMS na certeza de com isso estamos alcançando todos os municípios do Rio Grande do Norte.

25 anos de compromisso e comprometimento com o SUS do Rio Grande do Norte

Antônio Carlos Figueiredo Nardi Presidente do CONASEMS



Não subestimando, muito menos desmerecendo a gestão de cada um dos doze presidentes do COSEMS RN, ao longo destes 25



anos, ressalto as gestões de José Fernandes Neto (gestões: 1997-1999 e 2001 e 2002), Solane Maria Costa (gestões: 2008-2010 e 2010 e 2012) e da atual presidenta, Maria da Salete Fernandes Cunha, como de fundamental importância para a construção e estruturação do COSEMS, da forma em que a instituição se encontra hoje. Cada um geriu o COSEMS de forma sublime, superando heroicamente os desafios de cada período histórico: a criação de secretarias municipais de saúde nos municípios de pequeno porte; a extinção da CPMF; e agora, mais recentemente, a criação do programa 'Mais Médicos para o Brasil' do governo federal que está levando profissionais médicos a todos os rincões de nosso imenso país. Desafios enfrentados, respectivamente, nas gestões de José Fernandes Neto, Solane Maria Costa e Salete Cunha.

O CONASEMS tem um grande respeito pelo COSEMS do Rio Grande do Norte, principalmente, pelo histórico de evolução, por seu compromisso e comprometimento com a ética e a moral dos gestores, como também, pela força, união e organização dos municípios potiguares. O COSEMS RN preocupou-se em formar e qualificar os gestores norte-rio-grandenses sobre o SUS, oferecendo cursos e desenvolvendo materiais didáticos com a preocupação de que os gestores sejam respeitados e não criticados e atacados. Outro resultado provocado por este compromisso, comprometimento e união no Rio Grande do Norte, foi à vanguarda em ter sido o primeiro COSEMS do país a ter 100% de seus municípios aderidos à Portaria GM 220, de 30 de Janeiro de 2007, que trata sobre o repasse da contribuição financeira com o CONASEMS.

Outro ponto forte do COSEMS e que merece destaque e reconhecimento, é o trabalho da atual assessoria de comunicação. Seja na manutenção do site, na construção da notícia, no gerenciamento das mídias sociais ou no contato direto com a mídia local, é obrigação dos COSEMS: publicizar aquilo que é feito, levando informações qualificadas aos leitores; divulgar sempre as experiências exitosas municipais - de todos os portes - para que todos conheçam o SUS que dá certo no RN; e, por último, mas não menos importante, levar a mídia e a todas as autoridades e segmentos, o descumprimento das obrigações do estado nos repasses e outras questões.

Parabenizamos também a qualificação da discussão da regionalização no estado, fortalecendo as Comissões Intergestores Regionais (CIR) e Bipartite (CIB), como também, a realização deste XIII Congresso de Prefeituras e Secretarias Municipais de Saúde do RN que apresenta cada vez mais um número maior de participantes, mostrando a credibilidade e o compromisso da diretoria em qualificar a gestão e promover o congraçamento e união dos secretários municipais de saúde.

Toda a diretoria do COSEMS Potiguar está de parabéns e o CONASEMS tem neste momento a obrigação de reconhecer e agradecer. Poderíamos falar muito mais, porém, nossos agradecimentos se resumem ao compromisso e ao comprometimento da entidade com a construção de um SUS mais justo para o povo do Rio Grande do Norte.

GALERIA DE FOTOS

Um povo não é apenas um aglomerado de pessoas, vivendo em determinado território.
É o compartilhamento de valores, crenças e esperanças.
É ter um passado em comum e acreditar que esse passado pode forjar um futuro melhor.
É participar da mesma história de lutas, conquistas e resistências, de alegrias, sofrimentos e sobrevivência.
História que se constrói com vivências e símbolos.
História que molda um povo.

Extraído do livro do Sebrae/RN Iconografia Potiguar: identidade cultural. Eduardo Barroso Neto (org), pag.9, 2007.





















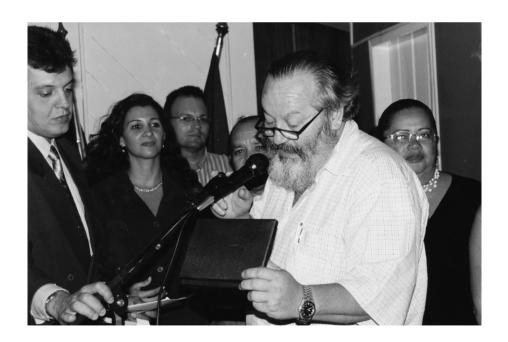






































































































www.cosemsrn.org.br

